



PREFEITURA DE  
**RIO PRETO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 237/2023**  
**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 12121/2023**

Ata n.º \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E A EMPRESA INTERBRASIL DISTRIBUIDORA LTDA**

A presente Ata é firmada entre o Município de São José do Rio Preto, pessoa jurídica de direito público interno, doravante denominado, **CONTRATANTE**”, neste ato representado por sua Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, Sr.<sup>a</sup> Kátia Regina Penteado Casemiro, CPF: 057.714.288-76, conforme delegação contida no art. 1º do Decreto n. 17.703 de 03/02/17 e a empresa **INTERBRASIL DISTRIBUIDORA LTDA**, estabelecida na cidade de Formosa, Estado de GO, na Rua Jesulino Malheiros, n.º 75, Bairro Centro, Cep: 73801-190, telefone n.º 61- 3642-9200/9229, e-mail [licitacoes@interbrasil.com.br](mailto:licitacoes@interbrasil.com.br), devidamente inscrita no CNPJ sob n.º **37.628.401/0001-09**, doravante denominada **"CONTRATADA"**, neste ato representada por seu procurador o Sr. **Miguel Martins Serafim Pimenta**, portador CPF n.º 605.234.331-15, credenciado em sua proposta, que fica apenas ao presente termo, fazendo parte integrante do processo acima citado.

As partes assim identificadas, pactuam o presente registro de preços, cuja celebração reger-se-á pela Lei federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Municipais n.ºs 9.929/98, 12.255/04, 13.024/05 e 13.552/07, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, pelo edital do presente pregão e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, tanto quanto pelas cláusulas e condições a seguir:

**Cláusula Primeira:- DO OBJETO**

1.1 - A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto a aquisição de materiais para manutenção de equipamentos (roçadeira, motopoda, sopradores e outros). Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, obedecendo a conveniência e as necessidades da Administração:

Item	Qtde	Unid / Vl. Unit.	Código	Descrição	Especificação
1	10,00	UNIDADE / R\$ 13,25	38771	CABO DO ACELERADOR DE ROÇADEIRA STIHL FS-220 CODÍGO 41191201101	./PARA ROÇADEIRA STIHL FS220
2	250,00	UNIDADE / R\$ 25,00	73809	CARRETEL PARA ROCADEIRA TIPO PPLIMATIC COMPLETO	./PARA ROÇADEIRA STIHL FS220
3	80,00	UNIDADE / R\$ 60,00	35173	CINTA DUPLA PARA OMBRO ROCADEIRA STHIL FS 220	./RESISTENTE, REFORÇADA.
5	200,00	UNIDADE / R\$ 20,00	64756	FACA HELICE 35CM	./02 PONTAS, PARA ROÇADEIRA STIHL FS220.
6	80,00	UNIDADE / R\$ 16,00	35122	FILTRO DE AR PARA ROCADEIRA FS 220STHIL CODIGO 41191201600	./PARA ROÇADEIRA STIHL FS220.
9	200,00	ROLO / R\$ 94,00	31843	FIO DE NYLON PARA ROCADEIRA 3,0 MM	./PARA ROÇADEIRA STIHL FS220
10	100,00	UNIDADE / R\$ 10,00	70571	GRAXA GRAFITADA	./TUBO COM MÍNIMO DE 80G
11	500,00	UNIDADE / R\$ 1,40	29094	ILHOSES PARA CABECA DE CORTE DE ROCADEIRA	./EM ALUMÍNIO, REDONDO, PARA CARRETEL DE ROÇADEIRA FS 220
12	10,00	UNIDADE / R\$ 6,00	25113	JUNTA DE VEDACAO	./CÓDIGO 41190071052 PARA ROÇADEIRA STIHL FS220.
15	50,00	UNIDADE / R\$ 15,00	40653	MOLA DE RECUO (MOLA DE PARTIDA) PARA ROCADEIRA	./PARA ROÇADEIRA FS220.
16	100,00	UNIDADE / R\$ 1,20	73957	MOLA DE TRACAO 0000-997-6205	./PARA ROÇADEIRA FS 220.
17	100,00	UNIDADE / R\$ 5,00	66889	PORCA DA LAMINA DA ROCADEIRA FS 220	./PARA ROÇADEIRA FS 220.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA DE COMPRAS E CONTRATOS**

Avenida: Alberto Andaló, 3030 (2º andar) - Centro - CEP: 15015-000 - São José do Rio Preto - SP  
Telefone: (17) 3203-1135 / 3203-1239 / 3203.1347 - [www.riopreto.sp.gov.br](http://www.riopreto.sp.gov.br)



## PREFEITURA DE RIO PRETO

18	100,00	UNIDADE / R\$ 13,00	66887	PRATO GIRATORIO 4119-713-3100	/ALUMÍNIO, PARA ROÇADEIRA FS220.
19	200,00	UNIDADE / R\$ 4,00	52628	PRE FILTRO PARA ROCADEIRA	/PARA ROÇADEIRA FS220.
20	100,00	UNIDADE / R\$ 15,00	25114	VELA DE IGNICAO	/BPMR7A, PARA ROÇADEIRA STIHL FS220, SOPRADOR COSTAL STIHL BR 430, MOTOPODA STIHL HT75 E KA85, MOTOSSERRA STIHL MS08.
21	100,00	UNIDADE / R\$ 15,00	37655	VELA DE IGNICAO	/CMR6H, PARA MOTOPODA STIHL HT 131 E 135, MOTOSSERRA STIHL MS462, SOPRADOR MANUAL STIHL BG56.

1.2 – Fazem parte integrante da presente ata o edital e a proposta vencedora, independente de transcrição.

### Cláusula Segunda:- DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1 – O fornecimento dos produtos serão fornecidos de forma parcelada mediante expedição, pela Diretoria de Compras e Contratos, da “Ordem de Fornecimento”, que substituirá o termo de contrato, cujo modelo constitui o Anexo III, da qual constarão a data de expedição, especificações do produto, quantitativos(s), preços unitários e totais, cronograma de entrega com prazo(s), máximo de **05 (cinco) dias** e local de entrega, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

2.1.1 – As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Administração.

2.1.2 – Dentro do prazo de vigência do Registro dos Preços, a contratada será obrigada ao fornecimento dos produtos, dentro do prazo estabelecido para entrega, mediante as Ordens de Fornecimentos e/ou Empenhos emitidos pela Diretoria de Compras e Contratos da Prefeitura Municipal, que substituirão o termo de contrato.

2.1.3. O Município de São José do Rio Preto não está obrigado a adquirir uma quantidade mínima do produto, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade, cronogramas, e o momento da aquisição.

2.2.3.1. A existência do preço registrado não obriga o Município de São José do Rio Preto a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa à licitações, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços preferência, em igualdade de condições.

2.2 - A contratada deverá manter a Comissão de Recebimento de Materiais, encarregada da fiscalização das entregas, a par do andamento das mesmas, prestando-lhe sempre que necessário, todas as informações solicitadas. Esta fiscalização em hipótese alguma eximirá a contratada das responsabilidades contratuais legais, bem como sobre danos materiais ou pessoais que forem causados a contratante, seja por atos ou omissões da empresa, de seu pessoal técnico ou prepostos.

**2.3 - O presente registro de preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da presente ata.**

2.4- Somente serão aceitos pedidos de prorrogação de prazo de entregas, caso ocorram motivos de força maior, desde que devidamente comprovados pela contratada e aceitos pela contratante, facultada à Administração a rejeição dos pedidos desta natureza.

2.5.- A contratada obriga-se a fornecer garantia dos produtos, que deverão ser de primeira qualidade e se houver alguma reclamação por ocasião do fornecimento deverá fazer a troca imediatamente, sem nenhum ônus para a contratante.

2.6 – A contratada deverá fornecer garantia integral dos produtos, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses.

2.7 - Os produtos que apresentarem reiterados problemas, que prejudiquem a sua utilização normal, dentro do prazo de garantia, deverão ser prontamente trocados pelo fornecedor, sem nenhum ônus para a municipalidade.

2.8 – O material deve ser entregue na embalagem original do fabricante, lacrada e, na data da entrega, deve apresentar-se válido (conforme data de validade impressa na embalagem) por no mínimo mais um ano.

2.9 – O aceite/aprovação dos produtos pela Comissão Municipal de Recebimento, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade dos produtos ou disparidades com as especificações estabelecidas na presente Ata e em sua Proposta, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

2.10 – O município pagará apenas por aqueles produtos efetivamente entregues e previamente contratados por meio de “Ordem de Fornecimento”.

### Cláusula Terceira:- DOS PREÇOS

3.1 – A contratante promoverá, sempre que necessário, ampla pesquisa de preços, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

3.2 - Os valores expressos na presente ata, serão irrevogáveis, conforme o art. 28 da Lei Federal nº 9.069/95, salvo os casos garantidos por Lei e desde que exaustivamente comprovado o desequilíbrio econômico e financeiro.



**Cláusula Quarta:- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

4.1 - O valor devido pelo fornecimento dos produtos, deverá ser pago pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias do faturamento, devidamente atestado pelos setores competentes da contratante, mediante depósito na conta corrente bancária em nome da CONTRATADA no **Banco do Brasil S/A, conta nº 4125-4, Agência nº 3382-0**.

4.1.1. Ocorrendo o pagamento após a data final do período de adimplemento da fatura, o valor a ser pago será atualizado financeiramente pelo índice IPCA, adotando-se o seguinte critério:

$$EM = N \times VP \times I$$

EM = encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = valor da parcela a ser paga;

I = índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

TX = percentual da taxa anual do IPCA.

4.1.2 – As notas fiscais, se for o caso, deverão vir acompanhadas da respectiva G.P.S. (Guia da Previdência Social), emitida em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2.110, DE 17 DE OUTUBRO DE 2022.

4.1.3 - A contratada é obrigada a apresentar, juntamente com o faturamento, o comprovante de regularidade para com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

4.1.4 - Fica cientificada a contratada de que no ato do pagamento, a Secretaria Municipal de Fazenda, por meio do Setor de Tesouraria, fará a retenção de 11% (onze por cento) do valor das faturas dos credores que se enquadrem na Instrução Normativa RFB nº 2.110, DE 17 DE OUTUBRO DE 2022.

4.2 - Em nenhuma hipótese e em tempo algum poderá ser invocada qualquer dúvida quanto aos preços cotados, para modificação ou alteração dos preços propostos.

4.3 - Caso haja alguma modificação do objeto do contrato, ou alguma modificação necessária do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 8.666/93, ficará a critério da Administração a alteração do contrato.

4.4 - O contrato poderá ser alterado por acordo das partes, no caso de ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, para restabelecer a relação que ambas fizeram inicialmente entre os encargos do contrato e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

**Cláusula Quinta:- DA RESCISÃO**

5.1 - O presente registro poderá ser cancelado por ambas as partes, de pleno direito, independente de qualquer notificação ou interpelação judicial, ou extrajudicial, assim como, livre de qualquer ônus nos seguintes casos:

- a) Por dolo, culpa, simulação ou fraude na sua execução, ou nos serviços contratados;
- b) Quando, pela reiteração de impugnações efetuadas pela contratante, fica evidenciado a incapacidade da contratada de executar o contrato, ou dar continuidade ao mesmo.
- c) No caso de falência, concordata, liquidação ou dissolução Judicial ou extrajudicial, da contratada, ou ainda caso ocorra alteração em sua estrutura social, que prejudique ou impossibilite a execução dos serviços contratados.
- d) Nas demais hipóteses previstas no edital e em Lei.

**Cláusula Sexta:- DAS PENALIDADES**

6.1 – As penalidades as quais fica sujeita a CONTRATADA, em caso de inadimplência, são as seguintes:

6.1.1 - Advertência;

6.1.2 - Multa; e

6.1.3 - Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Direta e Indireta do Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

6.2 - A Inexecução total ou parcial da presente Ata acarretará, a critério da Administração, a aplicação das seguintes penalidades:

I - atraso de até 05 dias = multa de 0,2% por dia de atraso

II - atraso de 06 a 10 dias = multa de 0,3% por dia de atraso

III - atraso de 11 a 15 dias = multa de 0,4% por dia de atraso

IV – Inexecução Parcial = multa de 20% do valor referente às obrigações não cumpridas ou diferença do preço resultante de nova licitação para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

V - Inexecução Total = multa de 30% do valor total da Ata ou diferença do preço resultante de nova licitação para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;



## PREFEITURA DE RIO PRETO

- § 1º - o atraso superior a 16 dias será considerado inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso;
- 6.2.1 - O descumprimento injustificado de prazos fixados para fornecimento dos produtos ensejarão a aplicação das multas, que incidirão sobre o valor das obrigações não cumpridas;
- 6.2.1.1 - A aplicação da multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93 e suas alterações e na Lei 10.520/02.
- 6.2.2 - O cálculo das multas acima será à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste edital, na Minuta do Contrato, na Lei nº 8.666/93 e na Lei 10.520/02. O período de atraso será contado em dias corridos.
- 6.3 - As multas serão cobradas administrativamente, por meio de procedimento distinto, podendo ser descontadas da garantia prestada, se houver, dos pagamentos ou, quando for o caso, inscritas em dívida ativa e cobradas judicialmente.
- 6.4 - O prazo para pagamento das multas será de até 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da intimação por via postal ou por ofício devidamente recebido.
- 6.5 - O não cumprimento injustificado das obrigações contratuais, por parte da CONTRATADA, sujeitá-la-á, também, às penalidades previstas na Lei 10.520/02 e, no que couber, na Lei 8666/93.
- 6.6 - O procedimento para recolhimento das multas ao Erário Público Municipal será aquele estabelecido como regra pela Secretaria da Fazenda.
- 6.7 - A aplicação de penalidade respeitará o contraditório e a ampla defesa, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.
- 6.8 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 6.9 - As multas serão, sempre que possível e independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, descontadas dos créditos da empresa detentora do registro de preços.
- 6.10 - As penalidades previstas neste instrumento convocatório têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata de Registro de Preços da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município de São José do Rio Preto.
- 6.11 - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

### **Cláusula Sétima:- CONDIÇÕES GERAIS**

- 7.1 - À contratada é vedado transferir para terceiros, total ou parcialmente os direitos e obrigações decorrentes do presente ajuste, sob pena de rescisão.
- 7.2 - Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste ajuste, são de responsabilidade exclusiva da contratada.
- 7.3 - A contratada se obriga a manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.
- 7.4 - As despesas com execução deste objeto ocorrerão por conta de verbas consignadas no orçamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. Fonte de recurso 1
- 7.5 - Todos os produtos que apresentarem problemas dentro do prazo de validade ou se apresentarem impróprios para consumo/utilização deverão ser prontamente trocados, sem nenhum ônus para a Prefeitura, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

### **Cláusula Oitava: - DO FORO**

- 8.1 - Fica eleito o foro da comarca de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente ajuste, respondendo a parte vencida por todos os ônus decorrentes da demanda.
- 8.2 - E por estarem assim justas e de pleno acordo no que se refere aos termos do presente ajuste, firmam o mesmo em 03 (três) vias de igual teor.

São José do Rio Preto,

**MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**  
**KATIA REGINA PENTEADO CASEMIRO**  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO**

**INTERBRASIL DISTRIBUIDORA LTDA**  
**MIGUEL MARTINS SERAFIM PIMENTA**  
**PROCURADOR**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA DE COMPRAS E CONTRATOS**

Avenida: Alberto Andaló, 3030 (2º andar) - Centro - CEP: 15015-000 - São José do Rio Preto - SP  
Telefone: (17) 3203-1135 / 3203-1239 / 3203.1347 - www.riopreto.sp.gov.br



**PREFEITURA DE  
RIO PRETO**

## **TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

CONTRATADO: **INTERBRASIL DISTRIBUIDORA LTDA**

CONTRATO N.º (DE ORIGEM): Ata n.º \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

OBJETO: Fornecimento de materiais para manutenção de equipamentos (roçadeira, motopoda, sopradores e outros).  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

### **1. Estamos CIENTES de que:**

- a. ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b. poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c. além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d. as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s)
- e. é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

### **2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a. O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b. Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**São José do Rio Preto,**

**GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**

Nome: Edson Edinho Coelho Araújo

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 496.630.038-04

**Responsáveis pela Homologação do certame ou Ratificação da Dispensa/Inexigibilidade de Licitação:**

Nome: Kátia Regina Penteado Casemiro

Cargo: Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

CPF: 057.714.288-76

Assinatura: \_\_\_\_\_

Kátia Regina Penteado Casemiro

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE COMPRAS E CONTRATOS**

Avenida: Alberto Andaló, 3030 (2º andar) - Centro - CEP: 15015-000 - São José do Rio Preto - SP  
Telefone: (17) 3203-1135 / 3203-1239 / 3203.1347 - www.riopreto.sp.gov.br

INTERBRASIL Distribuidora Ltda  
Miguel Martins Serafim Pimenta  
Gerente Vendas Públicas





## PREFEITURA DE RIO PRETO

### **Responsáveis que assinaram o ajuste:**

#### **Pelo CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**

Nome: Kátia Regina Penteado Casemiro  
Cargo: Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo  
CPF: 057.714.288-76

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Kátia Regina Penteado Casemiro

#### **Pela CONTRATADA: INTERBRASIL DISTRIBUIDORA LTDA**

Nome: **Miguel Martins Serafim Pimenta**  
Cargo: procurador  
CPF: 605.234.331-15

Assinatura: \_\_\_\_\_  
**Miguel Martins Serafim Pimenta**

#### **Ordenador de Despesas da Contratante:**

Nome: Kátia Regina Penteado Casemiro  
Cargo: Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo  
CPF: 057.714.288-76

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Kátia Regina Penteado Casemiro

#### **Gestor do Contrato:**

Nome: Washington Carvalho dos Santos  
Cargo: Assessor -Divisão Adm. Do Parque da Represa Municipal  
CPF: 065.481.408-26

Assinatura: \_\_\_\_\_

#### **Demais Responsáveis:**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Licitação  
Nome: Wanderley Aparecido de Souza  
Cargo: Diretor de Contratações Públicas  
CPF: 047.085.748-00

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).*